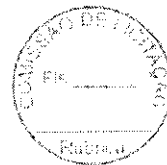




Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE NOVO
REPARTIMENTO



C A P A

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7.2024-014PMNR

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO

Data: 09 de Agosto de 2024 - Horário: 10:46

Objeto: Consultoria em informática para a realização de edição, produção e preenchimento dos formulários e planilhas de pontuação, habilitação, prestação de contas e relatórios parciais e finais de editais relacionados à Lei Aldir Blanc, visando à captação de recursos para a cultura municipal.

VENCEDOR(ES) DO CERTAME



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

Mem. nº 428/2024-SECULT

Novo Repartimento, 07 de agosto de 2024.

Assunto: Solicitação de formalização de processo de dispensa de licitação para consultoria de informática.

Senhor Prefeito,

Considerando a necessidade de contratação de serviços de consultoria em informática para a realização de editais relacionados à Lei Aldir Blanc, visando à captação de recursos para a cultura municipal, solicitamos a formalização de processo de dispensa de licitação, conforme previsto no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021. A consultoria especializada permitirá a elaboração de editais com maior precisão técnica e agilidade, assegurando o cumprimento dos prazos e a maximização dos benefícios oferecidos pela Lei Aldir Blanc.

Em anexo, encaminhamos o DFD (documento de formalização da demanda), bem como as demais informações e documentos exigidos para a devida instrução do processo.

Diante do exposto, solicitamos que sejam tomadas as providências necessárias para a realização da pesquisa de preços e subsequente formalização da dispensa de licitação, considerando a urgência e relevância da demanda.

Atenciosamente,



Laiana Samara de Assunção Lima
Secretária de Cultura e Turismo
Port. Nº 0526/2024



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

1. Órgão Solicitante:

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

2. Responsável pela Demanda:

Laiana Samara Assunção Lima

3. Objeto a ser Contratado:

Consultoria em informática para a realização de edição, produção e preenchimento dos formulários e planilhas de pontuação, habilitação, prestação de contas e relatórios parciais e finais de editais relacionados à Lei Aldir Blanc, visando à captação de recursos para a cultura municipal.

4. Forma de Contratação:

4.1 Forma sugerida: Pregão eletrônico

4.2 Base legal de Regulamentação: O DFD está regulamentado pelo Decreto Municipal nº 046, de 17 de julho de 2023, que regulamenta no âmbito do poder executivo do município de Novo Repartimento, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de licitações e contratos.

5. Justificativa da Necessidade da Contratação:

5.1 Nos termos da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, concomitante a necessidade de aquisição do serviço discriminado neste termo, justifica-se a realização do presente processo administrativo.

5.2 A contratação é decorrente da necessária celeridade da prestação de serviço e escassa mão de obra capacitada para atender a presente demanda.

6. Descrição e Quantidade dos Serviços:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Produção e preenchimento dos formulários e planilhas de pontuação, habilitação, prestação de contas e relatórios parciais e finais de editais	Serviço	1



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

	relacionados à Lei Aldir Blanc		
--	--------------------------------	--	--

7. Previsão de Assinatura Contratual:

A assinatura ocorrerá no momento em que o ato administrativo for capaz de produzir os efeitos idôneos, nos termos da Legislação.

8. Estimativa Financeira:

A estimativa financeira é estabelecida pelo Departamento de Compras, a partir da realização de cotações de preços e inspeção do serviço, com base em parâmetros legais dispostos no Artigo 23 da lei nº 14.133 de abril de 2021.

9. Local de Entrega:

Sede da Secretaria Municipal de Cultura, situada à Rua bem-te-vi, quadra 25, lote 18, Bairro Uirapuru, CEP 68.473-000.

10. Indicação do Servidor Responsável pela Fiscalização do Contrato:

Raynara de Oliveira, matrícula nº 914.453, portadora do CPF nº 084.419.022-54.

11. Prazo para o Pagamento:

O prazo projetado para pagamento será de acordo com o usual aplicável ao objeto contratado.

Em conformidade com a legislação vigente, submeto o presente DFD para avaliação por parte de autoridade competente.

Novo Repartimento, 07 de agosto de 2024.



Laiana Samara de Assunção Lima
Secretária de Cultura e Turismo
Port. Nº 0526/2024



SOLICITAÇÃO DE DESPESA Nº 20240807001

Estado do Pará

Pag.: 1

Governo Municipal de Novo Repartimento

Prefeitura Municipal de Novo Repartimento

ÓRGÃO : 20 Prefeitura Municipal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 12 Secretaria Mun de Cultura e Turismo

PROJETO / ATIVIDADE : 2.239 Desenv das Ações da Lei Aldir Blanc

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA : 3.3.90.31.00 Premiações cult.art.cient.desp e outras

SUBELEMENTO : 3.3.90.31.04 Premiações culturais

FONTE DE RECURSO : 17160000 Transf. Cultura - LC195/22 - Demais

Submetemos à apreciação de Vossa Senhoria a relação do(s) item(ns) abaixo discriminado(s) necessário(s) a Consultoria em informática para a realização de edição, produção e preenchimento dos formulários e planilhas de pontuação, habilitação, prestação de contas e relatórios parciais e finais de editais relacionados à Lei Aldir Blanc, visando à captação de recursos para a cultura municipal., para qual solicitamos as providências necessárias.

Justificativa : Manutenção das atividades da Administração objetivando a consecução do interesse público.

Código	Descrição	Quant	Unidade	VI. Estimado
151218	CONSULTORIA EM INFORMATICA (SECULT)	1.0000	SERVICO	15.000,00
	Especificação: Edição, produção e preenchimento dos formulários e planilhas de pontuação, habilitação, prestação de contas e relatórios parciais e finais de editais relacionados à Lei Aldir Blanc, visando à captação de recursos para a cultura municipal.			

Novo Repartimento, 07 de Agosto de 2024.


LAIANA SAMARA DE ASSUNÇÃO LIMA
RESPONSÁVEL



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

OBJETO: Consultoria em informática para a realização de edição, produção e preenchimento dos formulários e planilhas de pontuação, habilitação, prestação de contas e relatórios parciais e finais de editais relacionados à Lei Aldir Blanc, visando à captação de recursos para a cultura municipal.

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL

Em atendimento ao art. 104, Inciso III da Lei 14.133/2021, fica designado para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima descrito a servidora: **Raynara de Oliveira**, matrícula nº 914.453, portadora do CPF nº 084.419.022-54º, que deverá zelar pelo fiel cumprimento do contrato anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Novo Repartimento-PA, 07 de agosto de 2024.



Laiana Samara de Assunção Lima
Secretária de Cultura e Turismo
Port. Nº 0526/2024



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

OBJETO: Consultoria em informática para a realização de edição, produção e preenchimento dos formulários e planilhas de pontuação, habilitação, prestação de contas e relatórios parciais e finais de editais relacionados à Lei Aldir Blanc, visando à captação de recursos para a cultura municipal.

TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE

Eu, **Raynara de Oliveira**, CPF nº 084.419.022-54, ao receber a determinação de acompanhar e fiscalizar a execução do contrato referente ao objeto em epígrafe comprometo-me a bem desempenhar e cumprir as atribuições a mim conferidas, **declarando-me** desimpedido e sem suspeição para atuar na qualidade para o qual fui designado.

Do que para constar, lavra-se o presente Termo, que ao final assino.

Novo Repartimento-PA, 07 de agosto de 2024.

Raynara de Oliveira

Raynara de Oliveira
CPF nº 084.419.022-54



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

**ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO
DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Aos setores competentes para realizar a Pesquisa de Preços e reafirmar a existência de recursos orçamentários para cobertura das despesas, com vistas à deflagração de Processo Administrativo de Dispensa de Licitação, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, que tem por objeto a: **Consultoria em informática para a realização de edição, produção e preenchimento dos formulários e planilhas de pontuação, habilitação, prestação de contas e relatórios parciais e finais de editais relacionados à Lei Aldir Blanc, visando à captação de recursos para a cultura municipal.**

Autorizo e cumpram-se os ritos legais.

Novo Repartimento - PA, 07 de agosto de 2024.

VALDIR LEMES
MACHADO:14241
986234

Assinado de forma digital
por VALDIR LEMES
MACHADO:14241986234

VALDIR LEMES MACHADO

Prefeito Municipal



Pará
Governo Municipal de Novo Repartimento

MAPA DE COTAÇÃO DE PREÇOS - preço médio

Pag.: 1

Código	Descrição	Quant.	Vi. unitário	Vi. total
Proponente				
151218	CONSULTORIA EM INFORMATICA (SECULT)			
LEONNAM HENRIQUE DE ASSUNÇÃO LIMA DOS SANTOS		1,000	15.000,000	15.000,00
		Valores médios :	15.000,000	15.000,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

DESPACHO

AO GABINETE DO PREFEITO
Att: Exmo. Prefeito Valdir Lemes Machado

Em atendimento ao art. 72, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, informamos a existência de Crédito Orçamentário para atender as despesas com a: **Consultoria em informática para a realização de edição, produção e preenchimento dos formulários e planilhas de pontuação, habilitação, prestação de contas e relatórios parciais e finais de editais relacionados à Lei Aldir Blanc, visando à captação de recursos para a cultura municipal.**

Nesse sentido, a despesa será consignada a seguinte Dotação Orçamentária:

Exercício: 2024;

Atividade: 2.239 – Desenvolvimento das Ações da Lei Aldir Blanc

Classificação econômica: 3.3.90.31.00 – Premiações Cult. Art. Cient. desp. e outras;

Subelemento: 3.3.90.36.99 – Outros serv. de pessoa física.

Novo Repartimento – PA, 07 de agosto de 2024.

MARTA APARECIDA
PARANHOS:639970
29253

Assinado em forma
digital por MARTA
APARECIDA
PARANHOS:639970 225
3

MARTA APARECIDA PARANHOS
Departamento de Contabilidade



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

DECLARAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
AUTORIZAÇÃO PARA AUTUAÇÃO

Fica a Comissão de Contratação, autorizada a proceder à autuação de Procedimento Administrativo de Dispensa de Licitação para a **Consultoria em informática para a realização de edição, produção e preenchimento dos formulários e planilhas de pontuação, habilitação, prestação de contas e relatórios parciais e finais de editais relacionados à Lei Aldir Blanc, visando à captação de recursos para a cultura municipal**, na seguinte Dotação Orçamentária:

Exercício: 2024;

Atividade: 2. 239 – Desenvolvimento das Ações da Lei Aldir Blanc

Classificação econômica: 3.3.90.31.00 – Premiações Cult. Art. Cient. desp. e outras;

Subelemento: 3.3.90.36.99 – Outros serv. de pessoa física.

Encaminhe os Autos do presente Procedimento Administrativo para a elaboração do Termo de Referência, contendo as peculiaridades do Objeto demandado, em seguida à Comissão de Contratação para as providências legais.

Novo Repartimento - PA, 07 de agosto de 2024.

VALDIR LEMES
MACHADO:142419 por VALDIR LEMES
86234

Assinado de forma digital
por VALDIR LEMES
MACHADO:14241986234

VALDIR LEMES MACHADO
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - EQUIPE DE PLANEJAMENTO

**TERMO DE REFERÊNCIA
ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS E QUANTITATIVAS ESTIMADAS**

1. DO OBJETO (ART. 6º, INCISO XXIII ALÍNEA 'A' DA LEI 14.133/2021):

1.1. Trata-se o presente processo, a Dispensa de Licitação para: **Consultoria em informática para a realização de edição, produção e preenchimento dos formulários e planilhas de pontuação, habilitação, prestação de contas e relatórios parciais e finais de editais relacionados à Lei Aldir Blanc, visando à captação de recursos para a cultura municipal.**

1.2. O valor total para o fornecimento dos instrumentos é de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
01	Consultoria em informática para a realização de edição, produção e preenchimento dos formulários e planilhas de pontuação, habilitação, prestação de contas e relatórios parciais e finais de editais relacionados à Lei Aldir Blanc, visando à captação de recursos para a cultura municipal.	1	Serviço	15 000,00	15 000,00

1.3. O prazo de vigência do contrato será 4 (**quatro**) meses, podendo ser prorrogado a critério da Administração.

1.4. Em caso de comprovada superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade do adjudicatário e que altere substancialmente as condições de seu cumprimento, será examinado eventual pedido de prorrogação.

1.5. Todas as despesas para a prestação dos serviços deste procedimento será por conta da contratada, tais como, despesas com impostos, fretes, etc.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'B' DA LEI N. 14.133/21):

2.1. O processo faz-se necessário para que em conformidade com a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) a municipalidade



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-11

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - EQUIPE DE PLANEJAMENTO

possa adquirir o objeto deste Termo de Referência.

2.2. Justifica-se a contratação na medida em que há necessária celeridade na prestação do serviço, tendo em vista os prazos legais para captação do recurso pela lei Alir Blanc.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (ART. 6º, INCISO XXIII ALÍNEA 'C' DA LEI N. 14.133/21):

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada nesse Termo de Referência, restando caracterizado o menor dispêndio para a Administração se considerados os custos inerentes mencionados.

3.2. A aquisição do objeto nas especificações e quantidades estabelecidas neste Termo de Referência conseguirá atender de forma satisfatória as demandas do Município, estando presentes a viabilidade técnica e econômica da contratação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXII DA ALÍNEA 'D' DA LEI N. 14.133/21):

4.1. A contratada deverá disponibilizar todo o corpo técnico especializado, para o fornecimento dos serviços, sem qualquer ônus adicional ao Município, devendo providenciar a adequada destinação ambiental de eventuais resíduos decorrentes dos serviços prestados.

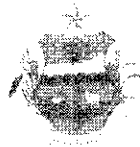
4.2. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **90 (NOVENTA) DIAS** a contar da data de abertura das Propostas de Preços;

4.3. A empresa registrada no Contrato deverá prestar somente os serviços que atendam integralmente às características e especificações consignadas em sua proposta comercial, atendendo toda a legislação pertinente em vigor, bem como observando as condições e prazos previstos, assumindo toda e qualquer responsabilidade por sua integridade.

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, INCISO XXIII ALÍNEA 'E' DA LEI 14.133/2021):

5.1. Os serviços serão prestados de forma regular com conferências presenciais de 1 vez na semana, na sede da secretaria municipal de cultura.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-11
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - EQUIPE DE PLANEJAMENTO

5.2. Para a fiel execução do objeto, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário, prestando garantia dos serviços na forma e pelo prazo estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e/ou legislação aplicável.

5.3. Durante a execução dos serviços a contratada deverá zelar pela segurança do seu corpo técnico e de terceiros, bem como pela manutenção e conservação dos materiais e equipamentos situados no local da prestação dos serviços, sendo desnecessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, INCISO XXIII ALÍNEA 'F' DA LEI 14.133/2021):

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

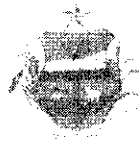
6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, os serviços serão prorrogados pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, § 5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, § 1º).

6.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, § 2º).

6.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prover riscos na execução contratual (Lei nº 14.133/2021, art. 117, § 3º).



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-11
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - EQUIPE DE PLANEJAMENTO

6.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados. (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante. (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.9. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 121).

6.10. A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, § 1º).

6.11. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.12. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.13. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução dos serviços, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (ART. 6º, INCISO XXIII ALÍNEA 'G' DA LEI 14.133/2021):

7.1. O objeto do contrato será recebido:

a) provisoriamente, em até 15 (QUINZE) DIAS da comunicação escrita do contratado de término da execução, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico (Lei nº 14.133/2021, Art. 23 I, "a");



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARATI-MIRIM
CNPJ: 34.626.416/0001-71
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - EQUIPE DE PLANEJAMENTO

b) definitivamente, após prazo de observação ou vistoria de 90 (NOVENTA) DIAS, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados, quando verificado o atendimento das exigências contratuais (Lei nº 14.133/2021, Art. 140, I, "b").

7.1.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.3. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.1.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Fica estabelecido que nos preços contratados incluem-se os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

7.2.1. O objeto será pago mensalmente, à medida que forem sendo executados.

7.2.2. O pagamento será efetivado por meio de Depósito/Boleto Bancário em até 30 (trinta) dias após a realização do serviço e apresentação da Nota Fiscal, devidamente recebida e aceita pelo Município.

7.2.3. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida com data do último dia do mês da prestação dos serviços e entregue no dia de sua emissão.

7.4. Sobre o valor da Nota Fiscal poderão ser retidos eventuais tributos incidentes sobre a prestação de serviços, observada a alíquota correspondente.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-11
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - EQUIPE DE PLANEJAMENTO

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, INCISO XXIII ALÍNEA 'H' DA LEI 14.133/2021):

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de realização do procedimento de **dispensa de licitação**, com fundamento na hipótese do art. 75, Inciso II da Lei n.º 14.133, de 2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço global.

8.2. O fornecedor que apresentar a melhor proposta deverá apresentar os seguintes documentos para comprovar sua **Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**:

a) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), quando for o caso;

b) Cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (quando for o caso);

c) Certidão Negativa da Fazenda Federal e do INSS (quando for o caso);

d) Certidão Negativa da Fazenda Estadual;

e) Certidão Negativa da Fazenda Municipal;

f) Certidão Negativa do FGTS;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

h) Declaração de que não emprega menor salvo nas hipóteses legalmente previstas no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal de 1988 (quando for o caso).

8.3. Para fins de **Qualificação Técnica**, deverá ser apresentada, alternativamente:

I - Declaração de capacidade técnica, onde se comprove, documentalmente, experiência de, no mínimo, dois anos na área de atuação (dança/coreografia);

II – Curso(s) de qualificação profissional em dança infantil;

III – Comprovação de reconhecimento do profissional no ramo da coreografia.

8.3.1. Atestado(s) fornecido(s) por pessoa Jurídica do direito Público, que comprove que a empresa proponente ou profissional responsável executou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII ALÍNEA 'I' DA LEI 14.133/2021):



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - EQUIPE DE PLANEJAMENTO

9.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 15 000 00 (quinze mil reais), tendo sido realizado através de pesquisa de preços, nos moldes do art. 23, § 1º, inciso IV, da Lei n.º 14.133/21.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 6º, INCISO XXIII ALÍNEA 'J' DA LEI 14.133/2021):

10.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Classificação Econômica: 13 392 025 2.239– Desenvolvimento das ações da Lei Aldir Blanc

Subelemento: 3.3.90.36.00 – Outros serv. de terceiros pessoa física.

11. DAS INFORMAÇÕES E CASOS OMISSOS

11.1. Informações poderão ser obtidas no Município de Novo Repartimento, a partir da divulgação deste aviso, pelo e-mail: cplnovorepartimento2021@gmail.com.

12. DO FORO


12.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste procedimento e da contratação dele originada, será competente o Foro da Comarca de Novo Repartimento/PA.

Novo Repartimento, 09 de agosto de 2024.



RAYNARA DE OLIVEIRA
Equipe de Planejamento
Portaria nº 0182/2024

APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA



Laiana Samara de Assunção Lima
Secretária de Cultura e Turismo
Port. N° 0526/2024



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - GPM

PORTARIA Nº 0417, DE 19 DE MARÇO DE 2024.

Dispõe sobre a nomeação dos Agente de Contratação e Equipe de Apoio, para conduzirem as contratações diretas e os processos de licitação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto nº 007/2024 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO, Estado do Pará, no uso das atribuições legais lhe são conferidas pelo art. 115, inciso II da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 22 de dezembro de 1993,

CONSIDERANDO que, a partir de 30 de dezembro de 2023, todas as licitações e contratos celebrados pela administração pública federal, estadual ou municipal, direta e indireta, e suas autarquias devem estar em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

CONSIDERANDO a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 determina a designação de Agente de Contratação ou Comissão de Contratação para conduzir as contratações diretas e os processos de licitação;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 007/2024, que “Regulamenta, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a designação, a competência e a atuação dos agentes de contratação, da equipe de planejamento e apoio e da comissão de contratação nas licitações no âmbito dos órgãos da Administração Direta, das autarquias e das fundações do Poder Executivo Municipal”;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os seguintes servidores para desempenharem a função de Agente de Contratação/Pregoeiro:

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO
BRUNO RODRIGUES REIS	913249	Agente de Contratação/Pregoeiro
SIDILENI CHAVES DE SOUZA	036813	Agente de Contratação/Pregoeira
AILZA DE JESUS COSTA	0038040	Agente de Contratação/Pregoeira



Avenida dos Girassóis, nº 15, Qd. 25 – Bairro Morumbi, CEP: 68.473-000
e-mail: pmnrgab@hotmail.com



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - GPM

ZAQUEU SILVA NASCIMENTO	38082	Agente de Contratação/Pregoeiro
JOSÉ LUIZ DE ANDRADE	912540	Agente de Contratação específico para dispensas de licitação.

Parágrafo único. Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado(a) como Pregoeiro(a).

Art. 2º Nomear os seguintes servidores para comporem a Equipe de Apoio, que auxiliará o(s) Agente(s) de Contratação/Pregoeiro(a), na condução dos processos licitatórios ou contratações diretas:

NOME	MATRÍCULA
BRENDA DOS SANTOS MONTEIRO	0913299
MARCOS PAULO ALVES SOUZA	0914002
MIRIDIAN PRATES DOS SANTOS	046033

Art. 3º O agente público designado para atuar na em contratações diretas e processos de licitações deverá observar as vedações previstas no art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 4º Revoga-se a Portaria nº 0182, de 07 de fevereiro de 2024.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Novo Repartimento, 19 de março de 2024.


VALDIR LEMES MACHADO
Prefeito Municipal




Avenida dos Girassóis, nº 15, Qd. 25 – Bairro Morumbi, CEP: 68.473-000
e-mail: pmnrgab@hotmail.com



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - GPM

Esta portaria foi registrada na Secretaria de Gabinete do Prefeito Municipal e publicada no diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará (FAMEP), no endereço www.diariomunicipal.com.br/famep, conforme Lei municipal nº 1379/2015 de 18 de dezembro 2015.


ANA KAROLINE DE ALMEIDA MACHADO
Secretária de Gabinete



Avenida dos Girassóis, nº 15, Qd. 25 – Bairro Morumbi, CEP: 68.473-000
e-mail: pmnrgab@hotmail.com



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2024-014 PMNR
REQUERENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO.
DATA DE ABERTURA: 09 de agosto de 2024.

AUTUAÇÃO

Hoje, nesta cidade, na Sala da Comissão de Contratação, AUTUO o Processo Administrativo nº **7/2024-014 PMNR**, que adiante se vê, para constar, lavrei este termo. Eu, José Luiz de Andrade, Agente de Contratação, o subscrevo.

Novo Repartimento - PA, 09 de agosto de 2024.

JOSÉ LUIZ DE ANDRADE
Comissão de Contratação
Agente de Contratação
Portaria nº 182/2024



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



MINUTA DO CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2024-014PMNR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2024/CPC.

CONTRATO Nº _____ DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE
NOVO REPARTIMENTO E PESSOA FÍSICA :
_____ PARA OS FINS QUE
ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE NOVO REPARTIMENTO**, Estado do Pará, pessoa jurídica de Direito Público Municipal, com sede administrativa à Avenida dos Girassóis, nº 15, Qd. 25 - Bairro Morumbi – CEP: 68.473-000, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 34.626.416/0001-31, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **Valdir Lemes Machado**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade sob o nº 5868165 PC/PA e CPF sob o nº 142.419.862-34, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____/_____, com sede à _____, Bairro: _____, na cidade de _____/UF, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, portador da Cédula de Identidade sob o nº _____ e inscrita no CPF sob o nº _____, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente contrato, em conformidade com o **Art. 75, Inciso II da Lei Federal 14.133/2021**, e ainda de conformidade com a documentação constante no **Processo de Dispensa de Licitação nº 7/2024-001PMNR**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1. O objeto do presente é a **Consultoria em informática para a realização de edição, produção e preenchimento dos formulários e planilhas de pontuação, habilitação, prestação de contas e relatórios parciais e finais de editais relacionados à Lei Aldir Blanc**, visando à captação de recursos para a cultura municipal, conforme abaixo discriminado:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
01	Produção e preenchimento dos formulários e planilhas de pontuação,	1	Serv.	-	-



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



	habilitação, prestação de contas e relatórios parciais e finais de editais .			
--	---	--	--	--

1.2. A CONTRATADA deverá prestar os serviços de forma presencial na sede da secretaria municipal de cultura e turismo, contados do recebimento da Autorização, no local nela designado, de acordo com a necessidade do Município.

1.3. Todas as despesas para a prestação dos serviços objeto deste processo será por conta da contratada, tais como, despesas com impostos, desocamento, etc.

1.4. O regime estabelecido para este Contrato é de **prestação de serviço**.

CLÁUSULA SEGUNDA — DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. O valor global do presente Contrato é fixado em R\$ _____. (_____) que serão pagos **em até 30 (trinta) dias** após a execução dos serviços e desde que devidamente atestadas as notas fiscais.

2.2. Os pagamentos serão efetuados através da Tesouraria da Prefeitura Municipal de Novo Repartimento - PA, em nome da contratada através de transferência bancária na **Conta Corrente, Agência e Banco** a serem informados pela contratada na emissão da Nota Fiscal.

2.3. Os pagamentos serão efetuados a partir da data de emissão da Nota Fiscal.

2.4. A **CONTRATANTE** não arcará com outras despesas não previstas no presente Contrato.

2.5. O valor do presente Contrato não poderá sofrer reajustes que não estejam previstos na Lei nº 14.133/2021 de 01 de Abril de 2021 – *vide* art. 124 da referida Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

3.1. O Contrato terá vigência de **04 (quatro) meses** podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A despesa decorrente da contratação do objeto deste Contrato correrá à conta dos recursos orçamentários específicos consignados na ordem de compra no exercício de 2024, conforme abaixo:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Exercício: 2024;

Atividade: 2. 239 – Desenvolvimento das Ações da Lei Aldir Blanc

Classificação econômica: 3.3.90.31.00 – Premiações Cult. Art. Cient. desp. e outras;

Subelemento: 3.3.90.36.99 – Outros serv. de pessoa física.

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

5.1. São direitos e responsabilidades da CONTRATADA:

5.1.1. Cumprir fielmente o presente contrato, de modo que, no prazo estabelecido, o objeto seja inteiramente concluído;

5.1.2. Arcar com o pagamento de seguro pessoal, impostos, fretes, taxas etc;

5.1.3. Apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as Notas Fiscais, acompanhados das respectivas atestações do fiscal de contrato.

5.1.4. Receber dentro do prazo estipulado os pagamentos correspondentes aos serviços já executados.

5.2. São direitos e responsabilidades da CONTRATANTE os seguintes:

5.2.1. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da CONTRATADA.

5.2.2. Intervir na prestação do serviço nos casos e condições previstos em lei.

5.2.3. Homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostos na forma da lei e do presente contrato, quando for o caso.

5.2.4. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares da prestação do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento.

5.2.5. Fiscalizar a execução do objeto por intermédio do fiscal de contrato responsável.

5.2.6. Cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº 14.133/2021, e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do contrato.

5.2.7. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estipulado no contrato depois do recebimento das Notas Fiscais e respectivas atestações de cada etapa pelo responsável pela fiscalização.

5.2.8. Aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste contrato.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



5.2.9. Efetuar a retenção dos impostos legais sobre a Nota Fiscal.

5.2.10. Extinguir unilateralmente o contrato, nas casos especificados no artigos 138 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DAS MULTAS

6.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as suas Cláusulas e as disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. A parte que infringir quaisquer das Cláusulas deste instrumento, ficará sujeita à multa de 2% (dois por cento) do valor contratual, além de outras penalidades que a falta cometida assim exigir, nos termos da Lei vigente.

CLÁUSULA SETIMA - DA EXTINÇÃO

7.1. A extinção do presente Contrato poderá ocorrer nos casos previstos nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. À parte que desejar a rescisão, deverá comunicar à outra num prazo mínimo de 10 (dez) dias, com justificativa fundamentada, sob pena de indenização de 10% (dez por cento) do valor restante do Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO FATO GERADOR CONTRATUAL E SUPORTE LEGAL

8.1. Este Contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas no Art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 de 01/04/2021, como também pelas convenções estabelecidas neste instrumento, em especial aos casos omissos.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

9.1. O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no artigo 124 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DECIMA — DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

10.1. A Fiscalização da execução do Contrato será executada pelo **Sr.** _____, no cargo de _____, que neste ato denomina-se Fiscal ou Gestor do Contrato devidamente credenciado pela autoridade competente, ao que competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 117 da Lei nº 14.133/2021), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela CONTRATANTE a seu exclusivo juízo.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Novo Repartimento, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir os litígios decorrentes da execução deste Contrato.

11.2. E por estarem devidamente justos acordados e contratados, declaram as partes **CONTRATANTES** aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 14.133/2021, bem como às demais normas complementares, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

[CIDADE – ESTADO], __ de _____ de 202__.

[ÓRGÃO CONTRATANTE]

CNPJ(MF): ____/____/____
CONTRATANTE

[CONTRATADA]

CNPJ: ____/____/____
CONTRATADO(A)

Testemunhas:

1. _____
2. _____



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

DESPACHO

Ao Departamento de Contabilidade
Atte. Marta Aparecida Paranhos

Atendendo a solicitação do GABINETE DO PREFEITO, na pessoa do senhor Valdir Lemes Machado, no que tange à pesquisa de preços, encaminho as cotações realizadas entre os dias 07 e 08 de agosto de 2024, com vistas à contratação, cujo objeto é a consultoria em informática para atender a Secretaria Municipal de Cultura.

Diante disso, venho por meio deste, solicitar a V. S^a, a prévia manifestação sobre a existência de Recursos Orçamentários, bem como a dotação orçamentária para cobertura das despesas, com vista à deflagração do Processo Administrativo na Modalidade Dispensa de Licitação para: **Consultoria em informática para a realização de edição, produção e preenchimento dos formulários e planilhas de pontuação, habilitação, prestação de contas e relatórios parciais e finais de editais relacionados à Lei Aldir Blanc, visando à captação de recursos para a cultura municipal**

Novo Repartimento-PA, 07 de agosto de 2024

JOSE LUIZ DE ANDRADE
Coord. de Planejamento
Port. n° 0073/2021



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
SETOR DE COMPRAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7.2024-001PMNR
INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
ART. 75, INCISO II, § 3º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

A Prefeitura Municipal de Novo Repartimento, torna público que intenciona em realizar a: **Consultoria em informática para a realização de edição, produção e preenchimento dos formulários e planilhas de pontuação, habilitação, prestação de contas e relatórios parciais e finais de editais relacionados à Lei Aldir Blanc, visando à captação de recursos para a cultura municipal**, conforme Termo de Referência, mediante dispensa de licitação com fulcro no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

Informamos que a Prefeitura tem interesse em obter propostas adicionais e, considerando o que preconiza o § 3º do Art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica aberto **o prazo de 03 (três) dias úteis** a contar desta publicação para que qualquer interessado, caso queira, apresente sua proposta.

➔ **Limite para Apresentação da Proposta de Preços: até às 18h do dia 14 de agosto de 2024.**

A proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de licitação da Prefeitura Municipal de Novo Repartimento, sito à Avenida dos Girassóis, nº 15, Qd. 25 - Bairro Morumbi – CEP: 68.473-000, no horário de 08h as 12h e das 14h as 18h, em dias úteis até a data limite estipulada.

O Termo de Referência da Dispensa e os documentos exigidos para dispensa de licitação estarão disponíveis no Site Oficial do Município na aba licitações no endereço eletrônico: <http://www.tcm.pa.gov.br> ➔ Mural de Licitações ➔ Prefeitura Municipal de Novo Repartimento.

Novo Repartimento-PA, 09 de agosto de 2024.

JOSÉ LUIZ DE ANDRADE

Portaria nº. 0182/2024
Agente de Contratação

PREFEITURA
MULTIMÍDIA**SERVIÇOS**
E DE SERVIÇOS**GOVERNO****CIDADÃO**
CIVIL E PARTICIPATIVO**TRANSPARÊNCIA****PREFEITURA****TRANSPARÊNCIA****SAÚDE****EDUCAÇÃO****MEIO AMBIENTE****DEP.****PRINCIPAL****PUBLICAÇÕES****EDITAIS E PUBLICAÇÕES****OUTROS**

☐ AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - SERVIÇO DE CONSULTORIA EM INFORMATICA



Consultoria em informática para a realização de edição, produção e preenchimento dos formulários e planilhas de pontuação, habilitação, prestação de contas e relatórios parciais e finais de editais relacionados à Lei Aldir Blanc, visando à captação de recursos para a cultura municipal.

[Share](#)[Tweet](#)[A](#) [A+](#) [A-](#)



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



JUNTADA DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Junto aos autos do Procedimento Administrativo na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7.2024-014 PMNR, as Documentações de Habilitação apresentadas para o presente.

PARTICIPANTE:..... Leonnam Henrique de A. Lima dos Santos

CPF:..... 020.939.743-31

Novo Repartimento - PA, 19 de agosto de 2024.

JOSÉ LUIZ DE ANDRADE
Comissão de Contratação
Agente de Contratação
Portaria nº 182/2024



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA

Declaração para todos os fins de direito e a quem possa interessar que o profissional Leonnam Henrique de A. Lima dos Santos, inscrita no CPF nº 020.939.743-31 e portador da Carteira de Identidade nº 3069026-3, MDCDI/PA, atua desde agosto de 2023 como prestador de serviços de consultoria dessa natureza. O referido profissional cumpre sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos estar apta as atividades de Produção e preenchimento dos formulários e planilhas de pontuação, habilitação, prestação de contas e relatórios parciais e finais de editais relacionados à Lei Aldir Blan.

Novo Repartimento - PA, 19 de agosto de 2024.



Laiana Samara de Assunção Lima
Secretária de Cultura e Turismo
Port. Nº 0526/2024

	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO Secretaria Municipal de Finanças Departamento Municipal de Tributos CNPJ: 34.626.416/0001-31	Número da Nota: 65271
		Data e Hora de Emissão: 16/08/2023
		Código de Verificação: b1h25b6e6

NOTA FISCAL AVULSA

PRESTADOR DE SERVIÇOS	
Nome: LEONNAM HENRIQUE DE ASSUNÇÃO LIMA DOS SANTOS	
Razão Social: LEONNAM HENRIQUE DE ASSUNÇÃO LIMA DOS SANTOS	
CPF/CNPJ: 050.939.743-31	Insc. Estadual:
Endereço: RUA DO CONTORNO, S/N - 0 Bairro: VILA MARABA - Novo Repartimento	UF: PA
Município: - Novo Repartimento - CEP: 68473000	

TOMADOR DE SERVIÇOS	
Nome: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO	
Razão Social: MUNICIPIO DE NOVO REPARTIMENTO	
CPF/CNPJ: 34.626.416/0001-31	Insc. Estadual:
Endereço: AVENIDA GIRASSOIS, 15 - QD 25 Bairro: PARQUE MORUMBI. - Novo Repartimento	UF: PA
Município: - Novo Repartimento - CEP: 68473000	
E-mail: ...	
Observação:	

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS			
Descrição: SERVIÇOS			
Item	Qtde	Valor Unitário R\$	Total R\$
CONSULTORIA DE INFORMATICA	1,0000	10.542,11	10.542,11
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS			10.542,11
ISS(5.00%)			527,11
INSS(R\$)			0,00
IRRF(0.00%)			0,00
TAXA DE SERVIÇO			15,00
TOTAL LÍQUIDO			10.000,00

PARA CONTROLE DA FISCALIZAÇÃO
Carimbo e Chancela do Funcionário

Nº da Nota
65271
Data
16/08/2023

APURAÇÃO DOS SERVIÇOS - R\$	
ISS	527,11
INSS	0,00
IRRF	0,00
TAXA DE SERVIÇO	15,00
TOTAL A RECOLHER	542,11
TOTAL LÍQUIDO	10.000,00

Guia de Recolhimento

 <div>PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO Secretaria Municipal de Finanças Departamento Municipal de Tributos CNPJ: 34.626.416/0001-31</div>	Número da Nota: 66613
	Data e Hora de Emissão: 05/12/2023
	Código de Verificação: b3b66d8c9

NOTA FISCAL AVULSA

PRESTADOR DE SERVIÇOS	
Nome: LEONNAM HENRIQUE DE ASSUNÇÃO LIMA DOS SANTOS	
Razão Social: LEONNAM HENRIQUE DE ASSUNÇÃO LIMA DOS SANTOS	
CPF/CNPJ: 050.939.743-31	Insc. Estadual:
Endereço: RUA DO CONTORNO, S/N - 0 Bairro: VILA MARABA - Novo Repartimento	UF: PA
Município: - Novo Repartimento - CEP: 68473000	

TOMADOR DE SERVIÇOS	
Nome: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO	
Razão Social: MUNICIPIO DE NOVO REPARTIMENTO	
CPF/CNPJ: 34.626.416/0001-31	Insc. Estadual:
Endereço: AVENIDA GIRASSOIS, 15 - QD 25 Bairro: PARQUE MORUMBI. - Novo Repartimento	UF: PA
Município: - Novo Repartimento - CEP: 68473000	
E-mail: ...	
Observação:	

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS			
Descrição: SERVIÇOS			
Ítem	Qtde	Valor Unitário R\$	Total R\$
CONSULTORIA DE INFORMATICA	1,0000	10.542,11	10.542,11
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS			10.542,11
ISS(5.00%)			527,11
INSS(R\$)			0,00
IRRF(0.00%)			0,00
TAXA DE SERVIÇO			15,00
TOTAL LÍQUIDO			10.000,00

<div>PARA CONTROLE DA FISCALIZAÇÃO</div> <div></div> <div>Carimbo e Chancela do Funcionário</div>	<div>Nº da Nota</div> <div>66613</div> <div>Data</div> <div>05/12/2023</div>	<table><tr><th colspan="2">APURAÇÃO DOS SERVIÇOS - R\$</th></tr><tr><td>ISS</td><td>527,11</td></tr><tr><td>INSS</td><td>0,00</td></tr><tr><td>IRRF</td><td>0,00</td></tr><tr><td>TAXA DE SERVIÇO</td><td>15,00</td></tr><tr><td>TOTAL A RECOLHER</td><td>542,11</td></tr><tr><td>TOTAL LÍQUIDO</td><td>10.000,00</td></tr></table>	APURAÇÃO DOS SERVIÇOS - R\$		ISS	527,11	INSS	0,00	IRRF	0,00	TAXA DE SERVIÇO	15,00	TOTAL A RECOLHER	542,11	TOTAL LÍQUIDO	10.000,00
APURAÇÃO DOS SERVIÇOS - R\$																
ISS	527,11															
INSS	0,00															
IRRF	0,00															
TAXA DE SERVIÇO	15,00															
TOTAL A RECOLHER	542,11															
TOTAL LÍQUIDO	10.000,00															

Guia de Recolhimento



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LEONNAM HENRIQUE DE ASSUNCAO LIMA DOS SANTOS

CPF: 050.939.743-31

Certidão n°: 56860342/2024

Expedição: 19/08/2024, às 11:46:06

Validade: 15/02/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LEONNAM HENRIQUE DE ASSUNCAO LIMA DOS SANTOS**, inscrito(a) no CPF sob o n° **050.939.743-31**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Prefeitura Municipal de Novo Repartimento
Secretaria Municipal de Finanças
Departamento Municipal de Tributos
CERTIDÃO NEGATIVA
Código de Verificação: 30037319008245



Contribuinte

Código: **00020664-5**

Nome: **LEONNAM HENRIQUE DE ASSUNÇÃO LIMA DOS SANTOS**

Razão Social: **LEONNAM HENRIQUE DE ASSUNÇÃO LIMA DOS SANTOS**

CPF/CNPJ: **050.939.743-31**

Endereço: **RUA CORONEL PINTO DE AREIA, 20**

Complemento:

Bairro: **DO AEROPORTO**

Cidade: **MARABÁ - PA**

Inscrição(ões) Municipal(is)

Inscrição(ões) Municipal(is)

Certificamos para os devidos fins de direito, em atenção ao requerimento da parte interessada ou a quem possa interessar, que o contribuinte acima citado, não consta nenhum débito municipal sob sua responsabilidade. Portanto não existe débito em aberto de impostos municipais e seus adicionais até a presente data. Ressalvando o direito da Fazenda Municipal cobrar quaisquer débito, caso venha a ser apurado.

E, para constar, firmo a presente Certidão com validade até **18 de Outubro de 2024**

Novo Repartimento, 19 de Agosto de 2024.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: LEONNAM HENRIQUE DE ASSUNCAO LIMA DOS SANTOS
CPF: 050.939.743-31

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 12:02:29 do dia 19/08/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/02/2025.

Código de controle da certidão: **84AD.E78B.834A.CC5F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

40153885/2024

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes CÍVEIS em tramitação contra:

LEONNAM HENRIQUE DE ASSUNCAO LIMA DOS SANTOS

OU

CPF n. 050.939.743-31

Certidão emitida em 19/08/2024, às 12:06:17 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Pará.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Seção Judiciária: Pará (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 19/08/2024, às 07:25:42.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 40153885

Código de Validação: A274 0E71 6ABA BAB0 EFCB E5A9 FC84 44B9

Data da Atualização: 19/08/2024, às 07:25:42



SERVIÇO GRATUITO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**CERTIDAO NEGATIVA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA****Nome:** NÃO CONSTA**Inscrição Estadual:** NÃO CONSTA**CPF:** 050.939.743-31

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que **NÃO CONSTAM**, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza tributária, incritos ou não na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006, e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Emitida às: 12:10:35 do dia 19/08/2024**Válida até:** 15/02/2025**Número da Certidão:** 702024081352513-6**Código de Controle de Autenticidade:** 2B4145DE.D307BE0A.15E51096.97BC8786**Observação:**

- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 6º da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.

- A cassação da certidão será efetuada de ofício, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Válida em todo território paraense.

SERVIÇO GRATUITO

SERVIÇO GRATUITO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**CERTIDAO NEGATIVA DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA****Nome:** NÃO CONSTA**Inscrição Estadual:** NÃO CONSTA**CPF:** 050.939.743-31

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que **NÃO CONSTAM**, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza não tributária, inscritos na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006, e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Emitida às: 12:10:35 do dia 19/08/2024**Válida até:** 15/02/2025**Número da Certidão:** 702024081352514-4**Código de Controle de Autenticidade:** 4B4A4AAB.13391FC2.A60A620E.7DF22962**Observação:**

- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 9º da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.

- A cassação da certidão será efetuada de ofício, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Válida em todo território paraense.

SERVIÇO GRATUITO



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE CONTAS JULGADAS IRREGULARES

Nome completo: **LEONNAM HENRIQUE DE ASSUNCAO LIMA DOS SANTOS**
CPF/CNPJ: **050.939.743-31**

O Tribunal de Contas da União **CERTIFICA**, para os devidos fins e a pedido do interessado, que, na presente data, em consulta aos sistemas informatizados do TCU, considerados os julgados do Tribunal e o cadastro de responsáveis por contas julgadas irregulares, **NÃO CONSTA** nenhuma **CONTA JULGADA IRREGULAR** em nome do (a) requerente acima identificado(a).

A consulta para emissão desta certidão considerou os processos nos quais o Tribunal se manifestou em decisão definitiva do Tribunal pelo julgamento de contas irregulares desde a data do respectivo acórdão condenatório. Foram excluídos os lançamentos relativos a processos em tramitação que ainda não foram objeto de deliberação deste Tribunal, os arquivados por decisão terminativa e aqueles cujas condenações foram tornadas insubsistentes por decisão judicial ou por decisão definitiva em recurso neste Tribunal, transitadas em julgado.

Certidão emitida às 12:13:31 do dia 19/08/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no site <http://contasirregulares.tcu.gov.br>, na opção "*Verificar certidão emitida*".

Código de controle da certidão: BK4M190824121331

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



JUNTADA DE DOCUMENTOS DE PROPOSTAS COMERCIAIS

Junto aos autos do Procedimento Administrativo na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7.2024-014 PMNR, as Propostas Comerciais apresentadas para o presente.

PARTICIPANTE:..... Leonnam Henrique de A. Lima dos Santos

CPF:..... 020.939.743-31

Novo Repartimento - PA, 19 de agosto de 2024.

JOSE LUIZ DE ANDRADE
Comissão de Contratação
Agente de Contratação
Portaria nº 182/2024

PROPOSTA DE PREÇOS

1. Nome do Proponente: **Leonnarn Henrique de A. Lima dos Santos**.
2. CPF Nº: 050.939.743-31
3. Endereço Completo: Rua Coronel Pinto de Areia; nº 20F; Bairro do aeroporto – Marabá-PA.
4. Telefone: (94) 98132-9027
5. Validade da Proposta: 90 (noventa) dias
6. E-mail: henriqueleonnarn@gmail.com
7. Banco: Banco Santander, Agência 2977, Conta corrente 03065618-2.

Apresentamos nossa Proposta para fornecimento do objeto abaixo mencionado, acatando todas as estipulações consignadas, conforme demonstrativo de preços a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
01	Produção e preenchimento dos formulários e planilhas de pontuação, habilitação, prestação de contas e relatórios parciais e finais de editais relacionados à Lei Aldir Blanc	1	Serv.	15.000,00	15.000,00

Declaramos que tomamos conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

Declaramos ainda para os devidos fins que estão inclusas no valor cotado todas as despesas necessárias para a perfeita execução do objeto, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, etc.

Novo Repartimento-PA, 19 de agosto de 2024.

Leonnarn Henrique de A. Lima dos Santos

Leonnarn Henrique de A. Lima dos Santos

CPF Nº: 050.939.743-31

DECLARAÇÃO

Eu, **Leonnám Henrique de A. Lima dos Santos**, inscrito no CPF nº. 050.939.743-31, e RG nº 3069263 MDCDI/PA, residente e domiciliado Rua Coronel Pinto de Areia; nº 20F; Bairro do aeroporto – Marabá-PA, Estado do Pará, declara para os devidos fins que:

- **INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES:** em conformidade com a Lei nº. 14.133/2021, não existem fatos supervenientes junto a na Prefeitura Municipal de Novo Repartimento que sejam impeditivos de minha habilitação para este certame;
- **SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO:** em atendimento ao previsto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal e art. 68, inciso VI da Lei Federal 14.133/2021, que não possuímos, em nosso quadro de pessoal, empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz e em nenhuma hipótese, menores de 14 (quatorze) anos.
- **DE CIÊNCIA:** Estamos de pleno acordo e concordo expressamente com todas as condições especificadas relativo a Prefeitura Municipal de Novo Repartimento e tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto desta licitação, bem como aceito na íntegra todas as condições e que garanto a execução do objeto;
- **DA RENUNCIA:** declaramos, na forma e sob as penas impostas pela Lei nº. 14.133/2021 e suas alterações, que não pretendemos recorrer da decisão da Comissão de licitação que **julgou a HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS, RENUNCIANDO**, assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, conforme art. 165, incisos I, alíneas B e C da Lei 14.133/2021.
- **DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:** Cumprimos com todos os requisitos de habilitação para este certame e a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

Novo Repartimento-PA, 19 de agosto de 2024.

Leonnám Henrique de A. Lima dos Santos.

Leonnám Henrique de A. Lima dos Santos
CPF 050.939.743-31



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DE AUTENCIDADE DE CERTIDÕES

Neste ato, após verificação e confirmação das autenticidades das certidões apresentadas para este, eu: José Luiz de Andrade, Agente de Contratação, declaro apto e habilitada, o licitante:

Leonnam Henrique de A. Lima dos Santos.

2. CPF Nº: 050.939.743-31

Novo Repartimento - PA. 20 de agosto de 2024.

JOSÉ LUIZ DE ANDRADE
Comissão de Contratação
Agente de Contratação
Portaria nº 182/2024



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

ATA DE ANALISE E JULGAMENTO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Em 20 de agosto de 2024, ocorreu nesta sala de contratações a análise e julgamento dos documentos de habilitação para a dispensa de licitação Nº 7.2024-014PMNR, **Consultoria em informática para a realização de edição, produção e preenchimento dos formulários e planilhas de pontuação, habilitação, prestação de contas e relatórios parciais e finais de editais relacionados à Lei Aldir Blanc, visando à captação de recursos para a cultura municipal.** Conforme previsto no artigo 75 da Lei 14133/21, teve início com a verificação dos documentos apresentados pelo interessado **Leonnarn Henrique de A. Lima dos Santos**.

Apos análise documental fora constatado que todos os documentos atenderam aos requisitos exigidos, conforme devida comprovação de autenticidade precedente, estando a interessada apta a participar do processo de dispensa de licitação.

Dessa forma, a comissão decidiu pela aprovação da habilitação do interessado, considerando que estavam em conformidade com as exigências legais previstas na Lei 14133/21, artigo 75.

Assim, informa-se o interessado da presente decisão desta comissão e seguem os atos necessários para realização do presente processo de Dispensa de licitação.

Novo Repartimento-PA, 20 de agosto de 2024.



JOSÉ LUIZ DE ANDRADE

Portaria nº. 0182/2024
Agente de Contratação



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Processo Nº 009/2024/CPC.

Dispensa de Licitação Nº 7.2024-014PMNR.

OBJETIVO: Consultoria em informática para a realização de edição, produção e preenchimento dos formulários e planilhas de pontuação, habilitação, prestação de contas e relatórios parciais e finais de editais relacionados à Lei Aldir Blanc, visando à captação de recursos para a cultura municipal.

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 75, Inciso II da Lei Federal 14.133/2021.

Senhor Prefeito,

Em decorrência do advento da Nova Lei de Licitações, cujo conhecimento teórico e prático são imprescindíveis para o sucesso dos trabalhos dos membros da Comissão de Contratação e sua Equipe de Apoio, esta comissão se incumbiu de adotar os trâmites legais visando a Consultoria em informática para a realização de edição, produção e preenchimento dos formulários e planilhas de pontuação, habilitação, prestação de contas e relatórios parciais e finais de editais relacionados à Lei Aldir Blanc, visando à captação de recursos para a cultura municipal, sendo assim, passamos a expor o que segue:

O Processo administrativo de dispensa de licitação está devidamente instruído e autuado com os elementos necessários à sua instauração (conforme cópias anexas ao processo), incluindo:

- a) Exposição de motivos firmada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo atestando as necessidades de aquisição;
- b) Documentos comprovando a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista do futuro contratado;
- c) A pesquisa de preços comprovando ser este o menor preço;
- d) A dotação orçamentária;
- e) Termo de Referência, dentre outros e;
- f) Dispositivo da Lei Federal



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



ral 14.133/2021.

A partir daí passamos a mencionar as razões para que a presente dispensa de licitação seja formalizada nos termos da Lei.

01. NOÇÕES GERAIS:

As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição. Porém, o comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão **"ressalvados os casos especificados na legislação"**.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo 37 inciso XXI da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devam ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio trazido para a Administração Pública, via aprovação e sanção de lei na esfera federal, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988: (...)

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Portanto, a lei poderá criar hipóteses em que a contratação será feita de forma direta. O novo regulamento geral das licitações, a Lei nº 14.133/2021 de



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



01/04/2021, prevê os casos em que se admite a contratação direta, podendo a licitação ser **dispensável** ou inexistente.

A nova Lei de Licitações, sancionada no dia 01 de Abril de 2021, trouxe inovações diversas, inclusive adequou os limites de dispensa de licitação em seu **artigo 75, inciso II**, que assim preconizou:

Da Dispensa de Licitação

"Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras" (Alterado pelo Decreto nº 11.871, de 2023);

02. REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO NAS HIPÓTESES EM QUE É PERMITIDA A CONTRATAÇÃO DIRETA;

Configurada a permissão legislativa de se contratar diretamente, cabe ao gestor a livre escolha de se realizar ou não o certame licitatório. Ainda que se justifique que a licitação seria o meio mais adequado a resguardar a isonomia e impessoalidade na contratação, cumpre ressaltar que, apesar de viável, o processo licitatório possui um alto custo administrativo (até por ser **conhecidamente mais demorado**), sendo improvável que a economia a ser obtida seja suficiente para cobri-lo, além de ser um procedimento mais demorado.

Por fim, aprofundando-se a análise, não constitui a licitação um fim em si mesmo, de forma que o dever de licitar precisa ser aplicado em consonância com os demais princípios aplicáveis à Administração.

A Lei nº 14.133/2021 traz grande quantidade de novos princípios para reger as licitações e os contratos administrativos. Os novos princípios estão grifados abaixo, no trecho do artigo 5º do seu texto:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Os objetivos da licitação, pela Lei nº 14.133/2021, são os que seguem:

- a) Garantir a observância do princípio constitucional da **isonomia**;
- b) Seleção da proposta mais **vantajosa** para a administração;
- c) Promoção do desenvolvimento nacional sustentável;
- d) A Nova Lei de Licitações mantém a mesma ideia e traz dois novos objetivos:
- e) Assegurar a **seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso**;
- f) Assegurar **tratamento isonômico**;
- g) Incentivar a **inovação e o desenvolvimento nacional sustentável**;
- h) **justa competição**;
- i) Evitar **contratações com sobrepreço, com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento**.

Portanto, para que não afronte outros princípios aplicáveis à gestão pública, deve o administrador, nas hipóteses de dispensa de licitação, selecionar a melhor proposta, utilizando-se de outras formas capazes de resguardar a isonomia e a impessoalidade da contratação.

Deve o administrador observar o princípio da anualidade do orçamento. Logo, **não pode o agente público justificar o fracionamento da despesa com várias contratações no mesmo exercício, sob modalidade de licitação inferior àquela exigida pelo total da despesa no ano, quando isto for decorrente da falta de planejamento.**" - Manual TCU.

Cumpre destacar que esses limites não devem ser considerados isoladamente para cada contratação. Ao contrário, devem ser somadas parcelas de um mesmo objeto e abjetos de mesma natureza, sendo que no caso de obras e serviços, aqueles executados no mesmo local. A nova Lei tenta conferir maior



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



segurança jurídica ao gestor, dando um norte quanto ao período a ser considerado e ao conceito de objetos de mesma natureza, consoante previsão do art. 75, § 1º.

Esta orientação abaixo foi consagrada também em publicação oficial do TCU intitulada Licitações e Contratos — Orientações Básicas, Brasília. Vejamos:

"É vedado o fracionamento de despesa para adoção de dispensa de licitação ou modalidade de licitação menos rigorosa que a determinada para a totalidade do valor do objeto a ser licitado. Lembre-se fracionamento refere-se à despesa."

"Atente para o fato de que, atingindo o limite legalmente fixado para dispensa de licitação, as demais contratações para serviços da mesma natureza deverão observar a obrigatoriedade da realização de certame licitatório, evitando a ocorrência de fracionamento de despesa." Acórdão 73/2003 — Segunda Câmara."

"Realize, nas compras a serem efetuadas, prévio planejamento para todo o exercício, licitando em conjunto materiais de uma mesma espécie, cujos potenciais fornecedores sejam os mesmo, de forma a racionalizá-los e evitar a fuga da modalidade licitatória prevista no regulamento próprio por fragmentação de despesas." Acórdão 467/2008 — Primeira Câmara."

03. DISPENSA DE LICITAÇÃO NOS TERMOS DA LEI FEDERAL 14.133/2021 de 01/04/2021, PARA COMPRAS E SERVIÇOS:

Conforme a Lei Federal acima mencionada ficou alterado o valor para a **dispensa de licitação** para todas as aquisições e/ou contratações que, após as devidas cotações de preços, não excederem o valor de **R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)**.

Trata-se da hipótese de dispensa de licitação mais comum na rotina do administrador público, sendo um importante instrumento de gestão, pois permite atender às demandas de caráter e eventual, muitas vezes urgentes.

A correta caracterização da dispensa em razão do valor pressupõe uma rica e criteriosa pesquisa de preços de mercado, como forma de combater a tendência de os preços se aproximarem do valor limite. A correta caracterização da dispensa em razão do valor pressupõe uma rica e criteriosa pesquisa de preços no mercado, como forma de combater a tendência de os preços se



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



aproximarem do valor limite da contratação ou, em outras palavras, evitando que o procedimento, por ser menos formalista, induza o sobrepreço.

De fato, os fornecedores, ao vislumbrarem a possibilidade de se obterem ganhos maiores em um processo no qual a competição é mais limitada, tendem a inflar suas propostas, induzindo a administração a uma contratação antieconômica.

Nas palavras do doutor Marçal Justen Filho (2004, p. 236)1,

"A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório, quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública."

Por fim, na inteligência de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, em Contratação Direta sem licitação, E. Brasília Jurídica, 5ª Edição, p. 289,

"Para que a situação possa implicar dispensa de licitação, deve o fato concreto enquadrar-se no dispositivo legal, preenchendo todos os requisitos. Não é permitido qualquer exercício de criatividade ao administrador, encontrando-se as hipóteses de licitação dispensável previstas expressamente na lei, numerus clausus, no jargão jurídico, querendo significar que são aquelas hipóteses que o legislador expressamente indicou que comportam dispensa de licitação"

A lei autoriza a contratação direta quando o valor envolvido for de pequena relevância econômica para se iniciar um processo licitatório e sendo assim presente contratação atende ao disposto no Art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021 da Presidência da República.

04. REQUISITOS MÍNIMOS PARA UM PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

I – ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E/OU PROJETO BÁSICO;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Apesar de menos formalista, em comparação com o processo licitatório, o processo administrativo para compra e/ou contratação por dispensa de licitação possui vários requisitos essenciais ao alcance de suas finalidades de forma eficiente e econômica.

Na verdade, o processo de **dispensa de licitação** neste caso, muito se assemelha à fase interna de uma licitação. A elaboração das especificações técnicas do objeto e das condições da contratação ou fornecimento constitui elemento essencial na condução de qualquer processo administrativo para contratação. A sua importância está assim definida na nova Lei de Licitações, capítulo II — Fase Preparatória, artigo 18, o qual dentre diversos incisos, descrevemos alguns, senão vejamos:

Lei n.º 14.133/2021

CAPÍTULO II - DA FASE PREPARATÓRIA

Seção I - Da Instrução do Processo Licitatório

Art. 18. (...)

- ...
- II – a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;*
 - III – a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;*
 - IV – o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;*
 - ...
 - VI – a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;*
 - VII – o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;*
- (...)

Isso se deve ao fato de que o termo de referência (ou projeto básico) contém as principais informações referentes ao objeto, as quais servirão de parâmetro tanto para o julgamento das propostas (e escolha da proposta mais vantajosa), quanto para a formalização e execução do contrato ou fornecimento.

II – JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO E/OU CONTRATAÇÃO:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



A justificativa da contratação, elaborada pela unidade requisitante, especificou as razões de fato e de direito que fundamentam a demanda da aquisição que se pretende contratar, apontando claramente os benefícios a serem alcançados pela aquisição.

Portanto, a justificativa apresentada, demonstrou que a contratação se encontra plenamente adequada ao seu objetivo, além de evidenciar que o objeto da dispensa de licitação seria a melhor (ou única) solução capaz de satisfazer as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Esse mesmo suporte fático de que utiliza o gestor para justificar a contratação também servirá de base para a caracterização da hipótese de dispensa ou inexigibilidade verificada no caso concreto, a exemplo da contratação fundamentada no art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021 de 01/04/2021.

05 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Procedeu-se à consulta de preços com o licitante **Leonnam Henrique de A. Lima dos Santos**, portando CPF: 050.939.743-31 e chegou-se ao menor preço e conforme demonstrado, o prestador de serviço: **Leonnam Henrique de A. Lima dos Santos**, CPF: 050.939.743-31 foi o único licitante a ofertar o menor preço para o item ao custo total de **R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)**.

06. DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO:

A Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Novo Repartimento-PA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o que consta deste processo administrativo, vem emitir a presente Declaração de Dispensa de Licitação, fundamentada art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021 de 01/04/2021, para aquisição pretendida através da pessoa física: **Leonnam Henrique de A. Lima dos Santos**, CPF: 050.939.743-31.

E, sendo assim comunicamos ao Sr. Prefeito Municipal da presente declaração, para que se proceda à análise dos procedimentos adotados e a devida ratificação e publicidade da Dispensa de Licitação, no prazo de três dias.

Senhor Prefeito,

Este é o entendimento da Comissão de Contratação, pelas razões expostas neste documento, o qual sugerimos ainda, que a presente justificativa, seja encaminhada ao Controle Interno, para a elaboração de parecer sobre o assunto e



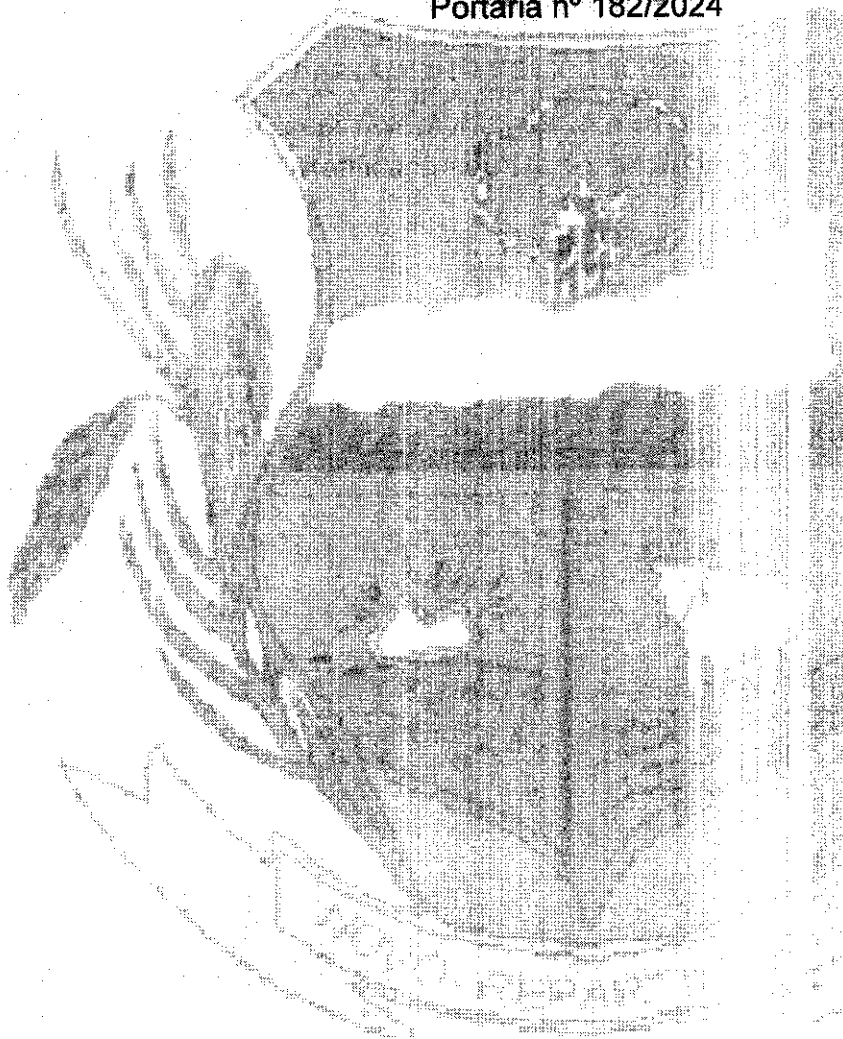
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



posteriormente, caso seja favorável, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 que seja emitido Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação.

Novo Repartimento - PA, 20 de agosto de 2024.

JOSÉ LUIZ DE ANDRADE
Comissão de Contratação
Agente de Contratação
Portaria nº 182/2024





ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

DESPACHO PROTOCOLAR INTERNO

À

Central de controle interno do Município.

A/C. Dalva Maria de Jesus

Controladora Geral do Município Novo Repartimento - PA

Anexo ao presente estamos encaminhando os autos do Procedimento Administrativo na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7.2024-014 PMNR** que versa sobre: **Consultoria em informática para a realização de edição, produção e preenchimento dos formulários e planilhas de pontuação, habilitação, prestação de contas e relatórios parciais e finais de editais relacionados à Lei Aldir Blanc, visando à captação de recursos para a cultura municipal**, para análise, emissão de Parecer e demais providências cabíveis.

Novo Repartimento - PA, 20 de agosto de 2024.

JOSÉ LUIZ DE ANDRADE

Portaria nº. 0182/2024

Agente de Contratação



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

PARECER FINAL DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

PARECER Nº 050/2024 – CCI/PMNR

Processo Licitatório: 7/2024-014 PMNR

Data de abertura: 09 de agosto de 2024

Modalidade: Dispensa de Licitação

Fundamentação Legal: Art. 75, inciso IV “a”, da Lei nº 14.133/2021

Requerente: Comissão Permanente de Licitação – CPL/NR

Objeto: CONSULTORIA EM INFORMÁTICA PARA A REALIZAÇÃO DE EDIÇÃO, PRODUÇÃO E PREENCHIMENTO DOS FORMULÁRIOS E PLANILHAS DE PONTUAÇÃO, HABILITAÇÃO, PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIOS PARCIAIS E FINAIS DE EDITAIS RELACIONADOS À LEI ALDIR BLANC, VISANDO A CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA A CULTURA MUNICIPAL.

I - RELATÓRIO

Chegou a esta Coordenadoria de Controle Interno, para manifestação, o Procedimento Licitatório na modalidade de Dispensa, objetivando a contratação de serviços de consultoria em informática para a realização de edição, produção e preenchimento dos formulários e planilhas de pontuação, habilitação, prestação de contas e relatórios parciais e finais de editais relacionados à Lei Aldir Blanc, visando a captação de recursos para a cultura municipal.

Os autos estão instruídos dos seguintes documentos:

- a) Expediente oriundo da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo sob o Memorando nº 428/2024-SECULT, solicitando e justificando a contratação;
- b) Documento de Formalização da Demanda - DFD;
- c) Solicitação de despesa;
- d) Termo de Designação de Fiscal;
- e) Termo de Compromisso e Responsabilidade;
- f) Abertura de Processo Administrativo;
- g) Mapa de cotação de preços;
- h) Despacho emitido pelo setor competente indicando a existência de créditos orçamentários para cobertura das despesas;
- i) Declaração de dotação orçamentária – Autorização para atuação;
- j) Termo de Referência;
- k) Portaria nº 417/2024-GP de nomeação de Agente de Contratação/Pregoeiro;
- l) Autuação;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

- m) Minuta do instrumento de contrato;
- n) Dispensa de Licitação nº 7.2024-014PMNR – Intenção de Dispensa de Licitação
- o) Aviso publicado no Portal Transparência da Prefeitura Municipal de Novo Repartimento-Pa;
- p) Juntada de Documentos de habilitação da empresa: **LEONNAM HENRIQUE DE A. LIMA DOS SANTOS**, CPF: 020.939.743-31;
- q) Atestado de Capacidade Técnica;
- r) Juntada de documentos e proposta comercial emitido pela empresa **LEONNAM HENRIQUE DE A. LIMA DOS SANTOS**, CPF: 020.939.743-31, no valor de R\$ 15.000,00;
- s) Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação para o certame emitido pela empresa participante;
- t) Comprovação de veracidade de autenticidade de certidões;
- u) Ata de análise e julgamento de documentos de habilitação;
- v) Justificativa e fundamentação para a realização de Dispensa de Licitação;
- w) Despacho para CCI em 20 de agosto de 2024.

Considerando que:

- I. Que a despesa foi realizada respeitando o que dispõe a Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
- II. Que o fornecedor encontra-se regular no que tange a débitos trabalhistas e tributários federais;

Esta unidade de controle interno resolve dar prosseguimento aos trâmites de efetivação do pagamento, uma vez que não foi detectado nenhum fato impeditivo para sua execução.

Segue em anexo Certidão de Regularidade com o FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União.

Novo Repartimento/PA, 20 de agosto de 2024.

DALVA Mª JESUS DE SOUZA
Coordenadora de Controle Interno
Port. nº 015/2021



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO, convoca o senhor **Leonnam Henrique de A. Lima dos Santos**, portador do CPF n.º 050.939.743-31, para comparecer na sala da CPL, para assinatura do Contrato de prestação de serviços decorrente da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7.2024-014PMNR.

Cumpre-nos informar que a desatenção injustificada acarretará as sanções previstas em lei.

Sendo o que de momento se nos apresenta, subscrevemo-nos com apreço.

Novo Repartimento - PA, 22 de agosto de 2024.

JOSÉ LUIZ DE ANDRADE
Comissão de Contratação
Agente de Contratação
Portaria nº 182/2024



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



**CONTRATO Nº 20240509
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2024-014PMNR**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2024/CPC.

CONTRATO Nº 20240509 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO E O SENHOR LEONNAM HENRIQUE A. LIMA DOS SANTOS PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE NOVO REPARTIMENTO**, Estado do Pará, pessoa jurídica de Direito Público Municipal, com sede administrativa à Avenida dos Girassóis, nº 15, Qd. 25 - Bairro Morumbi - CEP: 68.473-000, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 34.626.416/0001-31, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **Valdir Lemes Machado**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade sob o nº 5868165 PC/PA e CPE sob o nº 142.419.862-34 que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, e de outro lado o senhor **Leonnám Henrique de A. Lima dos Santos**, pessoa física, devidamente inscrito no CPF sob o nº 050.939.743-31, e RG nº 306926-3 MDCD/PA, residente e domiciliado à Rua Coronel Pinto de Areia, na cidade de Marabá-PA, doravante denominada **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente contrato, em conformidade com o Art. 75, Inciso II da Lei Federal 14.133/2021, e ainda de conformidade com a documentação constante no **Processo de Dispensa de Licitação nº 7/2024-014PMNR**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1. O objeto do presente é a **Consultoria em Informática para a realização de edição, produção e preenchimento dos formulários e planilhas de pontuação, habilitação, prestação de contas e relatórios parciais e finais de editais relacionados à Lei Aldir Blanc**, visando à captação de recursos para a cultura municipal, conforme abaixo discriminado:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
01	Produção e preenchimento dos formulários e planilhas de pontuação,	01	Serv	15.000,00	15.000,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



	habilitação, prestação de contas e relatórios parciais e finais de editais relacionados à Lei Aldir Blanc			
--	---	--	--	--

1.2. O CONTRATADO deverá prestar os serviços de forma presencial na sede da secretaria municipal de cultura e turismo, contados do recebimento da Autorização, no local nela designado, de acordo com a necessidade do Município.

1.3. Todas as despesas para a prestação dos serviços objeto deste processo será por conta da contratada, tais como, despesas com impostos, deslocamento, etc.

1.4. O regime estabelecido para este Contrato é de prestação de serviço.

CLÁUSULA SEGUNDA — DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. O valor global do presente Contrato é fixado em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) que serão pagos em até 30 (trinta) dias após a execução dos serviços e desde que devidamente atestadas as notas fiscais.

2.2. Os pagamentos serão efetuados através da Tesouraria da Prefeitura Municipal de Novo Repartimento - PA, em nome da contratada através de transferência bancária na Conta Corrente, Agência e Banco a serem informados pela contratada na emissão da Nota Fiscal.

2.3. Os pagamentos serão efetuados a partir da data de emissão da Nota Fiscal.

2.4. A CONTRATANTE não arcará com outras despesas não previstas no presente Contrato.

2.5. O valor do presente Contrato não poderá sofrer reajustes que não estejam previstos na Lei nº 14.133/2021 de 01 de Abril de 2021 -- vide art. 124 da referida Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

3.1. O Contrato terá vigência de 04 (quatro) meses podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A despesa decorrente da contratação do objeto deste Contrato correrá à conta dos recursos orçamentários específicos consignados na ordem de compra no exercício de 2024, conforme abaixo:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Exercício: 2024;

Atividade: 2. 239 – Desenvolvimento das Ações da Alcir Blanc

Classificação econômica: 3.3.90.31.00 – Premiações Cult. Art. Cient. desp. e outras;

Subelemento: 3.3.90.36.99 – Outros serv. de pessoa física

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

5.1. São direitos e responsabilidades da CONTRATADA:

5.1.1. Cumprir fielmente o presente contrato, de modo que, no prazo estabelecido, o objeto seja inteiramente concluído;

5.1.2. Arcar com o pagamento de seguro pessoal, impostos, fretes, taxas etc;

5.1.3. Apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as Notas Fiscais, acompanhados das respectivas atestações do fiscal de contrato;

5.1.4. Receber dentro do prazo estipulado os pagamentos correspondentes aos serviços já executados.

5.2. São direitos e responsabilidades da CONTRATANTE os seguintes:

5.2.1. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da CONTRATADA.

5.2.2. Intervir na prestação do serviço nos casos e condições previstos em lei.

5.2.3. Homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostos na forma da lei e do presente contrato, quando for o caso.

5.2.4. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares da prestação do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento.

5.2.5. Fiscalizar a execução do objeto por intermédio do fiscal de contrato responsável.

5.2.6. Cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº 14.133/2021, e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do contrato.

5.2.7. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estipulado no contrato depois do recebimento das Notas Fiscais e respectivas atestações de cada etapa pelo responsável pela fiscalização.

5.2.8. Aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste contrato.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



5.2.9. Efetuar a retenção dos impostos legais sobre a Nota Fiscal.

5.2.10. Extinguir unilateralmente o contrato, nas casos especificados no artigos 138 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DAS MULTAS

6.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as suas Cláusulas e as disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. A parte que infringir quaisquer das Cláusulas deste Instrumento, ficará sujeita à multa de 2% (dois por cento) do valor contratual, além de outras penalidades que a falta cometida assim exigir, nos termos da Lei vigente.

CLÁUSULA SETIMA - DA EXTINÇÃO

7.1. A extinção do presente Contrato poderá ocorrer nos casos previstos nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. À parte que desejar a rescisão, deverá comunicar à outra num prazo mínimo de 10 (dez) dias, com justificativa fundamentada, sob pena de indenização de 10% (dez por cento) do valor restante do Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO FATO GERADOR CONTRATUAL E SUPORTE LEGAL

8.1. Este Contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas no Art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 de 01/04/2021, como também pelas convenções estabelecidas neste instrumento, em especial aos casos omissos.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

9.1. O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no artigo 124 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DECIMA — DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

10.1. A Fiscalização da execução do Contrato será executada pela servidora Raynara de Oliveira, matrícula nº 914.453, portadora do CPF nº 084.419.022-54º, que neste ato denomina-se Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, respectivamente, devidamente credenciada pela autoridade competente, ao que competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 117 da Lei nº 14.133/2021), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
CNPJ: 34.626.416/0001-31
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela CONTRATANTE a seu exclusivo juízo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Novo Repartimento, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir os litígios decorrentes da execução deste Contrato.

11.2. E por estarem devidamente justos acordados e contratados, declaram as partes **CONTRATANTES** aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 14.133/2021, bem como às demais normas complementares, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Novo Repartimento-PA, 20 de agosto de 2024.

VALDIR LEMES

MACHADO:14

241986234

Assinado de forma
digital por VALDIR LEMES
MACHADO:14241986234

MUNICÍPIO DE NOVO REPARTIMENTO

CNPJ Nº 34.626.416/0001-31

CONTRATANTE

Leonnam Henrique de A. Lima dos Santos

LEONNAM HENRIQUE A. LIMA DOS SANTOS

CPF Nº 060.939.743-31

CONTRATADO

Testemunhas:

1. _____
2. _____